CASTELOS DE PORTUGAL

II

Os Castelos de Entre-Douro e Minho

Tese a apresentar ao Congresso Minhoto, em Braga

POR

HUMBERTO BEÇA

da Associação dos Arqueólogos Portugueses, do Instituto Etnológico da Beira, Academia das Sciências de Portugal, prof. do Instituto Comercial do Porto e na Escola Mousinho da Silveira, Director da Escola Secundária de Comércio

FAMALICÃO

Tipografia "MINERVA" de Cruz, Sousa & Barbosa, L.da

Avenida Barão de Trovisqueira

1925

BARCELOS

8.8(469.1)
Ç

CASTELOS DE PORTUGAL

C.M.B. Biblioteca

II

Os Castelos de Entre-Douro e Minho

Tese a apresentar ao Congresso Minhoto, em Braga

POR

HUMBERTO BEÇA

da Associação dos Arqueólogos Portugueses, do Instituto Etnológico da Beira, Academia das Sciências de Portugal, prof. no Instituto Comercial do Porto e na Escola Mousinho da Silveira, Director da Escola Secundária de Comércio

C.S-2.3.19

C. M. BARCELOS BIBLIOTECA Nº 5152

FAMALICÃO
TIPOGRAFIA "MINERVA"
Avenida Barão da Trovisqueira

1923

DO AUTOR

A tomada de Chaves — Poemeto comemorativo do centenário da Guerra Peninsular. — 1909.

Justiça de Castela — Poemeto sôbre a morte de António Ferrer. — 1909.

Sonhos d'Alma — *Plaquette* de versos. — 1910.

A Bandeira Portuguêsa — Versos de resposta a outros, sob igual título, da Ilustre Poetisa D. Lutgarda de Caires. — 1911.

Azulejos — Versos. — 1912.

A Arvore — Poesia para a Festa da Árvore promovida pelo *Século* em 1913.

Excértos da Juventude — Versos. — 1917.

Sob a Metralha — Episódios da Grande Guerra. — 1920.

Ermezinde — Monografia histórico-rural.

O Ensino Comercial em Portugal — estudo.

Os Castelos de Portugal — *Os Castelos da Beira Histórica* — tese. — 1922.

Diversas obras didácticas.

Os Castelos de Entre-Douro e Minho

Se há monumentos que falem mais à alma, que mais a sensibilizem e enterneçam, êsses são, sem dúvida, os velhos castelos que ao abandôno se erguem, por essas serras, muitos já meio derrocados, mas outros aìnda ostentando, bem aprumadas para o céu, as suas tôrres seculares, testemunhas mudas mas eloqüentes, na sua atitude de nobreza envelhecida, dos mais honrosos fastos da nossa história.

Se são os velhos castelos, que, nas suas esplêndidas ruínas, coroando muitas dezenas de outeiros do velho Portugal, nos atestam aìnda épocas de maior grandeza, e se dentre tantos, alguns, bastantes mesmo, são susceptíveis de se reerguerem, de se reconstituirem em toda a sua épica estrutura, ¿porque se hão-de deixar perder por completo êsses nobilíssimos padrões do nosso passado? ¿Porque se há-de continuar no criminoso abandôno a que se teem votado, sem que uma centelha de patriotismo de todos, de todos os portugueses, fulgure num movimento de protesto e de revolta, por tanta falta de civismo, por tanta ausência de amor da Pátria, pois nada, num

país, que tanto condense e consubstancie o símbolo nacional, com as suas tradições, os seus costumes, os seus actos de heroísmo, a sua história, do que os monumentos antigos, os monumentos coevos e quiçá comparsas das scenas primaciais dessa mesma história, sôbre a contextura da qual podem ter tido decisiva influência?

¿Porque se não há-de provocar um movimento nacional de piedade por êsses preciosos restos que tanto nos honram e que são dos mais valiosos documentos de uma nacionalidade, de forma a salvar os que, de ressurgirem das próprias ruínas aìnda forem susceptíveis, e se não há-de lançar já, mas já, sem perda de tempo, mãos à obra grandiosa e patriótica de reerguer, de restaurar, alguns dêsses preciosos monumentos que, a não se lhes acudir sem demora, se perderão totalmente, irremediàvelmente?

Pois que!

¿E' Portugal tão rico de monumentos, tão abundante de documentos históricos que possa, com a negligência com que o tem feito, deixar perder algumas dezenas dos que aìnda pode com orgulho incluir na lista dos mais valiosos que possue?

Por toda a parte, na Europa, se nota há anos a esta data, um movimento geral de carinho pelos monumentos antigos, muitos dos quais teem sido restaurados com a maior felicidade e constituem hoje monumentos admiráveis, que fazem o orgulho das terras onde se erguem.

Em Portugal, mesmo, alguns se teem salvado já da ruína, mas simplesmente à custa do esfôrço patriótico de alguns dignos portugueses que teem sabido acudir com o seu auxílio monetário uns, de incansável actividade outros, de estudo e orientação estes, de boa-vontade por várias formas manifestada, aqueles.

Colectividades oficiais poucas, pouquíssimas teem olhado e cuidado dos monumentos históricos da área das suas jurisdições e, todavia, ¡que explêndida fonte de riqueza para a região não constituïriam êsses monumentos, que ali chamariam turistas de toda a parte, hoje que os meios de comunicação, as vias aceleradas facilitam enormemente as viajens, a toda a parte levando

os grandes capitalistas, os grandes turistas sempre em procura de aspectos novos, ávidos de emoções novas, gente de dinheiro, com necessidade de gastar, de descongestionar a pletora dos seus fabulosos rendimentos, gente que vai com facilidade aos mais afastados pontos do globo, em busca duma sensação desconhecida, de uma sacudidela de nervos que uma nova causa lhe agite e ponha em vibração!

Um monumento é sempre um motivo de arte, de estudo, de curiosidade; é sempre uma manifestação de beleza, de talento, de esfôrço, de sentimento artístico e de patriotismo.

Os castelos então, como nenhuns outros, teem o dom evocador das éras lendárias em que, «couraçados de ferro, épicos e deslumbrantes», os nossos guerreiros se batiam pela sua dama ou pela sua Pátria.

¿Porque havemos de deixar perder essas relíquias gloriosas da nossa velha e honrosa História, perdendo assim o que dela nos resta de mais autêntico e nobre?

*

Desde Melgaço a Vila Real-de-Santo António, contam-se aìnda por centenas os castelos que, hoje mais ou menos arruïnados, os nossos antepassados construiram em afastadas épocas para a defesa do sólio pátrio.

Muitos encontram-se aìnda em bom estado de conservação e é justamente para a salvação dêsses que eu espero ver em breve uma centelha de amor pátrio provocar a explosão de um pouco de sentimento nacional pela nossa autonomia, pela nossa liberdade, de que êsses velhos muros foram o sólido apoio e a segura garantia.

Mas a bastantes urge acudir sem demora, porque o estado em que se acham é já vizinho da ruína que uma circunstância furtuita pode apressar e determinar.

Esperar que a acção do Estado se faça sentir, é provocar a perda total do pouco que nos resta, pois nem o Estado tem meios

para ocorrer às despesas que a reparação de algumas dezenas de monumentos acarretaria para os exauridos cofres públicos, nem tempo para tratar destas... ninharias, que as questões da galopinagem politiqueira, — únicas que arrastam *com heróica dedicação* os nossos homens públicos, relegam para último plano.

Só, pois, com a iniciativa, patriotismo e dedicação de particulares se conseguirá alguma coisa, sem se prescindir do auxílio do Estado, que tem o dever de prestá-lo, mas que tem de considerar-se como secundário, e colocar toda a questão sob a imediata acção e iniciativa de comissões locais, de associações que se constituam, de grupos de amigos dêsses monumentos, que dentro em pouco terão desaparecido se a protecção dessas patrióticas iniciativas se fizer demorar.

Não é difícil encontrar exemplos que sirvam de molde ao que há a fazer e cuja acção, por todos os motivos benemérita, pode ser tomada como modêlo e que só honrará quem lhe seguir os passos e o exemplo.

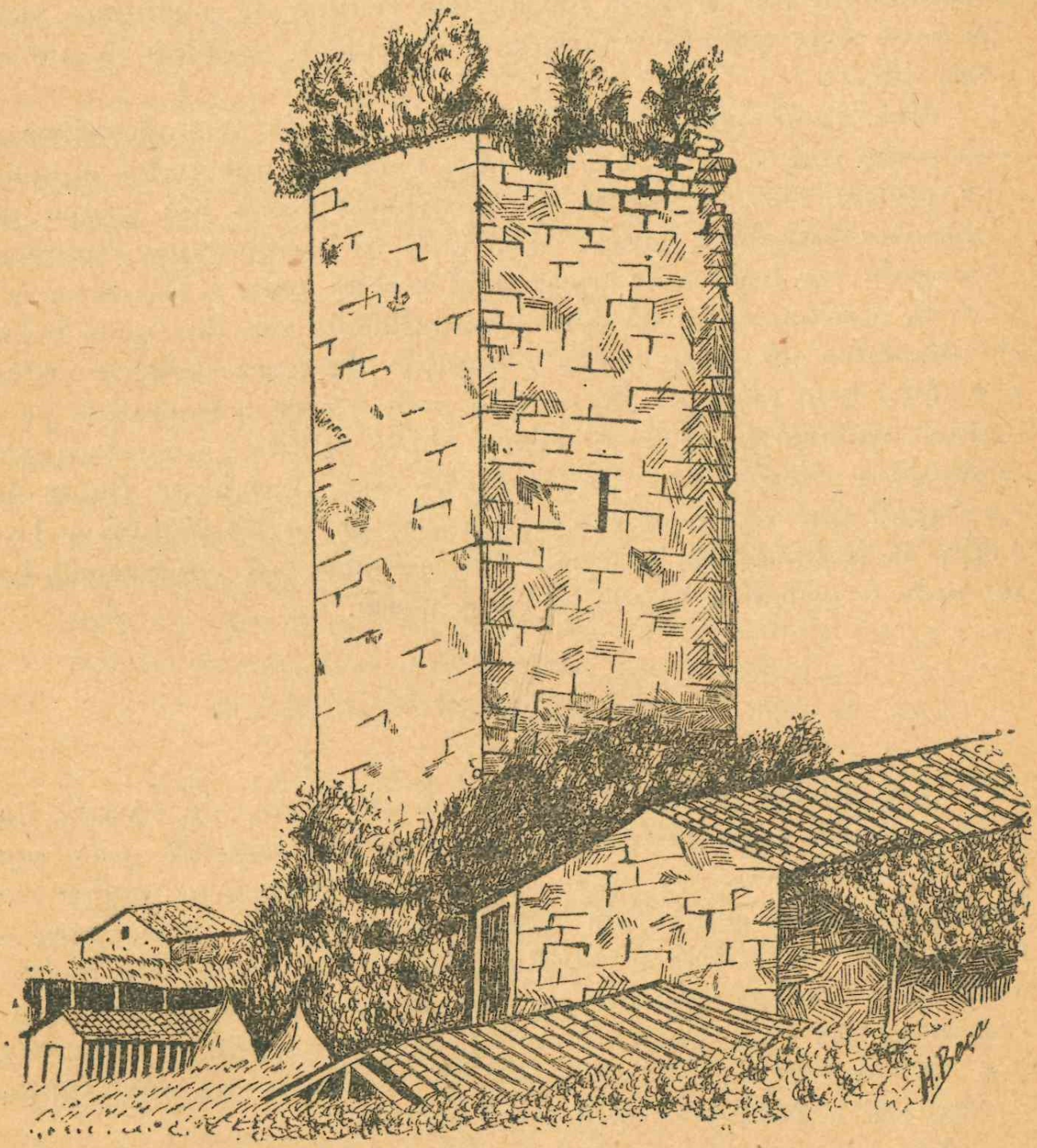
Além de bastantes núcleos de amigos de determinados monumentos, que pelo país se estão constituindo para salvar alguns dos mais interessantes monumentos históricos que aìnda nos restam, um aìnda existe, aqui bem perto do Porto, que merece ser tomado como modêlo e exemplo de patriotismo, perseverança, iniciativa e boa orientação, com jus ao reconhecimento do país, à gratidão da Pátria, à admiração de todos os portugueses, pela forma desinteressada, nobre e patriótica como tem conduzido a sua benemérita acção, salvando um dos mais belos monumentos medievais do país, monumento cujo estado de ruína o levaria em poucos anos à sua perda total, a não se lhe acudir com a urgência, acêrto e critério com que o fez a comissão local a que me refiro.

¿Porque não se há-de proceder idênticamente em toda a parte onde haja um monumento histórico a proteger e a salvar, não só da acção dos tempos, mas, mais eficazmente aìnda, dos insultos e vandalismos dos povos ignorântes, cuja acção destruïdora é mais feroz aìnda que a dos séculos?

Nem tudo seja egoísmo e comodidade!

Erga-se alguém que tome a si a honrosa iniciativa de congregar na sua terra os elementos de valor que nela encontre, para salvarem, restaurarem, reconstituirem, algum monumento histórico que nela exista.

Arranque-o êsse alguém pela fôrça da sua vontade, amparada à sinceridade do seu patriotismo, à ruína próxima em que



CASTELO DA LAPELA

o abandôno o lançaria dentro de pouco tempo. Restitua-o, reconstituído, ao seu país, para glória da sua honrosa e nobilíssima História e êsse alguém, como todos os que o tiverem auxiliado directa ou indirectamente na patriótica e árdua tarefa, bem terá merecido da Pátria e dos seus concidadãos, que não lhe regatearão o louvor a que ficou com direito, mas mais terá merecido da sua própria consciência e alma de português, que lhe porá bem patente o supremo consôlo e orgulho do dever cumprido.

Mas apontemos o exemplo para que de exemplo sirva e seja como que o farol a mostrar o caminho que todos aqueles que podem, devem seguir, e, mostremos como um grupo de prestantes cidadãos, quási sós, com reduzidíssimos recursos, conseguiu ter hoje uma apreciável receita para a conservação, guarda e restauração do que é actualmente um dos mais belos monumentos do país, honra e orgulho da terra onde se ergue e padrão bem evidente do quanto pode e vale a iniciativa particular, quando ao serviço de um nobre intuito e quando quem a dirige e orienta sabe querer e não sabe desfalecer diante de quaisquer que sejam os estorvos a afastar, os obstáculos a destruir, as indiferenças a tornar interessadas, as contrariedades de toda a ordem a vencer a cada passo.

*

Quero falar, e não me cansarei de falar, do castelo da Vila-da-Feira e da benemérita e patriótica *comissão pela sua guarda e conservação,* que conseguiu arrancar o majestoso monumento das ruínas em que há tantos anos jazia, para o transformar no antigo e esbelto alcáçar que todos hoje podem admirar, forte nos seus muros seteirados, nas suas tôrres casamatadas, nas suas galerias subterrâneas, fazendo o assombro dos que o visitam pela formidável estrutura da sua sólida construção e notável arquitectura militar.

Não me cansarei de apontar e apresentar constantemente e

a toda a gente êsse nobre e patriótico exemplo de amor pelas velhas e honrosíssimas tradições da raça, que êsses vetustos monumentos concretizam e guardam como os melhores escrínios das nossas glórias passadas.

Não me cansarei de o apontar e de gritar a toda a gente que, tal qual se fez na Vila-da-Feira se pode fazer em toda a parte desde que haja um pouco de sentimentalidade do belo, do velho orgulho português, desde que haja um pouco de decidida boa-vontade e de abnegação pelo que não é exclusivamente de um, mas sim de todos, desde que se ponha um pouco de parte o comodismo e indiferença que tanto nos caracterizam hoje e nos sacrifiquemos, um pouco — um pouco apenas! — pelo bem da Pátria.

*

Magnífico exemplo que tantas outras terras podiam e deviam seguir, pois com o seu decalque só benefícios, autênticos benefícios, adviriam para os que os pusessem em prática.

O Castelo da Feira é não só um dos mais antigos mas um dos mais típicos monumentos militares do país.

Julga-se que a sua fundação data do domínio dos godos, autorizando documentos ùltimamente encontrados, a supor que pode mesmo a sua construção primitiva ir até ao império romano.

E' positivo, porém, que no domínio árabe existia já e que portanto a sua existência data, pelo menos, de 1:100 a 1:200 anos.

Tendo atravessado todas as vicissitudes por que passou a região em que se ergue, tomado e retomado várias vezes em pleitos ora de povos inimigos ora de partidos contrários, tomado por D. Afonso I às hostes da sua mãe, depois pelo futuro Afonso IV às tropas de seu pai, mais tarde por D. João I, etc.; o venerando castelo, tendo vinculado com sangue a sua nobre existência de lutador às páginas da história pátria, chegou finalmente, após períodos de grandeza e decadência, até nós num

estado de ruína lamentável que se a sua lôngeva idade justificava, não justificava todavia o dever que todos nós temos de olhar e conservar com carinhoso amor pelo património histórico que nossos maiores nos legaram. É que êles, os castelos, representam justamente os pergaminhos com que os povos se ennobrecem e o mais sólido esteio das nossas prosápias de agora e direitos a enfeitar-nos com glórias que só êles justificam.

O Castelo arruinava-se.

Por toda a parte, porém, o Castelo da Feira era conhecido.

Livros de leitura escolares, compêndios de história dos liceus, ilustrações de variada índole, revistas literárias e scientíficas, tudo isto falava do Castelo da Feira, tudo celebrava o velho monumento como um dos mais belos documentos da nossa história de séculos, tudo nos dizia muito das suas maravilhas de arquitectura militar; mas o Castelo da Feira perdia-se no mais completo e condenável abandôno, o Castelo da Feira continuava a desmoronar-se, sem que ninguém com tal se importasse, sem que o Estado acorresse a salvar essa jóia que de todos é, que todos elogiavam de... longe, mas a que ninguém lançava a escora salvadora que lhe prolongasse a existência.

O Castelo da Feira para o país existia apenas nos livros e revistas que lhe falavam dêle e dêle lhe davam algum desolador aspecto, meio moribundo já na sua mortalha de heras, de silvas, de cardos, de plantas daninhas que por toda a parte lhe corroíam o carcomido corpo, entranhando-se tenaz- e livremente pelas junturas das pedras.

Em 1881 a solicitude do Estado declarou o Castelo monumento nacional, mas por aqui ficaram as demonstrações de cuidado oficial e o Castelo continuou a desmoronar-se pouco a pouco, mas contìnuamente.

O Estado não tinha dinheiro para ocorrer às despesas da sua restauração, e por isso o velho e histórico monumento se perdia, pois crime seria de... lesa galopinagem que se gastasse com a reconstrução de um dos nossos mais valiosos monumentos antigos, aquilo que podia depois faltar para o carneiro com

batatas de algumas eleições bem disputadas. Quem mais sentia a derrocada do notável monumento era a gente da Feira e entre esta, principalmente, alguns elementos de *élite* que viam com verdadeira mágoa perder-se o famoso castelo.

Foi em 1909.

Num grupo conversava-se.

Ao longe, do alto do morro em que tão galhardamente assenta, destacava-se, coberta de figueiras bravas e de cardos, a tôrre de menagem do decrépito e condenado forte. Feriu, ao grupo, a retina e o sentimento patriótico, o quási aspecto de resignação do monumento, como réu que espera apenas a execução da pêna capital que lhe impuseram.

Falou-se no Castelo; na possibilidade de salvar essa maravilha de arquitectura, se se acudisse já a determinadas e urgentes pequenas obras que, inexecutadas, seriam a causa directa e imediata da sua perda a curto praso.

Alguém falava entusiàsticamente: a salvação era possível e impunha-se a quem sentisse aìnda um pouco o amor da Pátria a latejar-lhe na alma.

E outro alguém disse, num assômo dêsse sentimento que tantas vezes tem salvo a própria nacionalidade:

«Mande-se orçar a obra e de minha conta, podem gastar até 200$00.»

Foi a faísca.

A obra realizou-se, vigiada de perto por quem a tinha lembrado e o grupo, que na praça da vila assistira e tomara parte na conversa, tomava pouco depois, aìnda por iniciativa do mesmo cavalheiro, a resolução de subscrever mensalmente com a quantia de 500 réis.

Eram 15 ao todo!

Era com 7$50 mensais que ia tentar-se evitar a perda do monumento único do país; foi com 7$50 mensais que se salvou o Castelo, e que o país hoje conta mais uma, no número não muito grande, das suas jóias arquitectónicas e antigas.

¿Porque se não faz assim em todo o país?

Foi pois da maneira mais simples, mais chã, mais desata-

viada; sem programas, sem estatutos, sem reüniões, sem exterioridades, que se salvou essa jóia inestimável que é hoje o monumento da velha terra de Santa Maria.

«Patriotismo e só patriotismo; vontade, simplicidade» — conforme se expressou o mais activo subscritor do Castelo, quando um dia, duma terra qualquer, lhe escreveram a pedir os estatutos da comissão, para ali se fundar outra com o intuito de salvar, julgo que um monumento congénere.

Nada de comissões!

Porque, para a simplicidade ser completa, o nome de Comissão pela Guarda e Conservação do Castelo, não é mais que um título honorífico de uma coisa que, materialmente, jurìdicamente não existe!

Não tem estatutos!

Não tem séde!

Não realiza reüniões!

Simplicidade extrema! Facilidade completa de existência!

Dedicação, boa-vontade, patriotismo! Eis tudo. Um de entre os do grupo intitulou-se secretário, tesoureiro, escriturário, presidente de facto, tudo em suma.

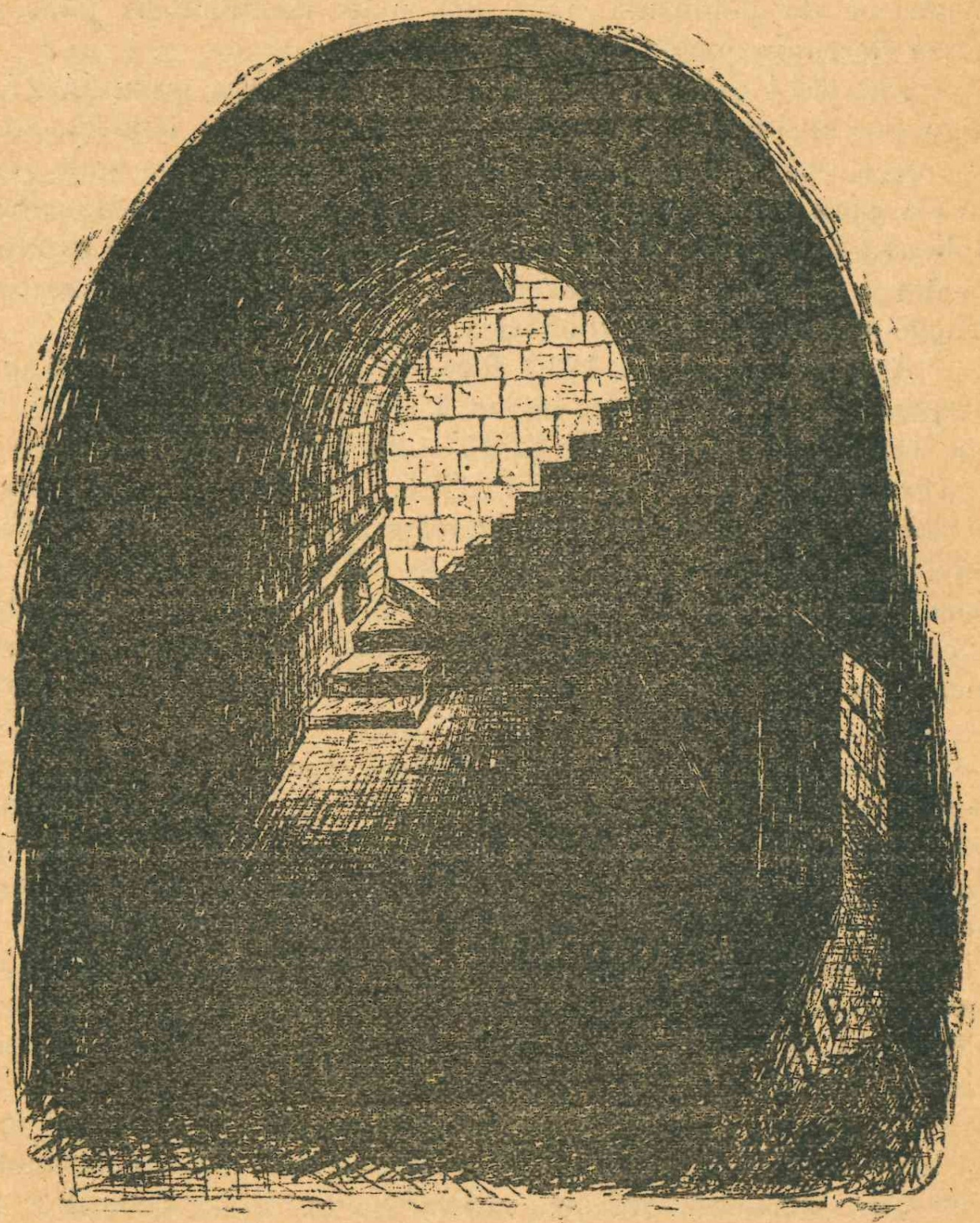
Deu-se a outro a presidência honorária. E nada mais. Boa-vontade, só boa-vontade!

Um cobrador recebe as quotas e o presidente-secretário-tesoureiro-escriturário (!) utiliza-as em benefício do fim em vista, e por meio da imprensa local comunica a toda a gente como aplica essa receita aos melhoramentos que vai realizando, etc.

Desta forma obtém-se um duplo resultado: evitam-se as reüniões da comissão, que tendo deposto na mão desta criatura, com a mais completa e justa confiança, o encargo da orientação a efectuar e obras de defesa a realizar, é por esta forma informada com freqüência do andamento das obras do Castelo; faz-se a propaganda da salvação do monumento, levando pela mesma imprensa ao conhecimento de toda a região interessada que a obra de ressurgimento começou, que todos devem auxiliá-la e prestar-lhe o seu concurso.

As adesões não se fizeram esperar. Bastou que alguém

começasse, que alguém desse o sinal da reacção e a indiferença de tantos transformou-se em interêsse, o desprêzo em atenção, o desconhecimento na boa-vontade de muitos que, nada mais podendo fazer, concorrem com o seu óbolo, entram mensal-



A ENTRADA PARA AS PRISÕES NO CASTELO DE VILA-DO-CONDE

mente com uma quota parte mínima, cuja falta a ninguém causa embaraços e cujo conjunto aplicado sábia- e prudentemente como tem sido, constitue o orgulho dos que por tão pouco puderam restituir ao seu país um dos mais belos monumentos históricos da peninsula, uma das mais inestimáveis jóias do nosso derruído património do passado.

Em 1914 os subscritores por mensalidades eram já 27, e digo por mensalidades, porque outros donativos começavam a aparecer, subscrições, ofertas extraordinárias, o que tudo concorria para facilitar a acção da comissão, que tudo nas obras aplicava com critério e persistência, permitindo não só as reparações de conservação, mas ir já delineando outras de reconstrução e reconstituição histórica.

A receita que em 1913 fôra de Esc. 936$46,5 com uma despesa de 891$45,5, foi já em 1914 de Esc. 1.036$02,5; foi em 1918 respectivamente de Esc. 2:643$50 e 2:403$39 e em 1919 de Esc. 3:776$93 e 3:149$81. Neste ano os subscritores permanentes eram 39, mas o interêsse pela conservação do Castelo estava despertado e de todas as colónias feirenses, quer no país, quer no estrangeiro, chegam de vez em quando auxílios em donativos e subscrições particulares; a comissão recorreu mesmo à publicação duma monografia ilustrada, do monumento, que lhe deu um apreciável resultado, e recorreu por fim ao próprio auxílio oficial, que em alturas tais não podia negá-lo, porquanto se tratava de uma pertença do Estado, e êste não podia negar-se lògicamente a auxiliar aqueles que tão desinteressada- e patriòticamente lhe salvaram um dos seus mais notáveis edifícios.

O auxílio do Estado veio pois, e as obras de restauração tomaram então maior incremento; a própria Câmara Municipal era já subscritora com uma verba anual, para a conservação do monumento!

E os subscritores, aparecem todos os dias, mesmo de fora da terra, arrastados por esta obra de patriotismo, entusiasmados com essa maravilha da arte militar medieval, sem similar, na peninsula.

¡Que belo exemplo para ser seguido por esse país fora, onde tanta coisa, tanto monumento, tanta ruína podia aìnda salvar-se, se um pouco de boa-vontade substituisse o comodismo e indiferença que tão desgraçadamente caracteriza a época que atravessamos!

¿Pois que custará a duas ou três dúzias de criaturas, em cada localidade onde haja monumentos históricos, cotizarem-se com um escudo mensal, encarregarem um de entre si, o mais apto, o mais conhecedor, o mais patriota, — de receber e aplicar essas verbas, primeiro no amparo, na conservação apenas do existente, depois, propagando a ideia e à medida que o gêlo da indiferença se fôr derretendo ao sol do patriotismo despertado pela iniciativa do grupo, de acôrdo com técnicos competentes, arqueólogos, artistas, arquitectos, — começar a obra de restauração de que pode aìnda ressurgir um grande monumento, um valioso padrão, um elo importantíssimo da cadeia dos fastos da nossa história?

*

Pôsto o exemplo, bem frisante e bem patriótico, do Castelo da Feira e da comissão pela sua guarda e conservação, ¿será difícil, tal exemplo de imitar e de seguir?

Julgo bem que não, ou antes, declaro peremptòriamente que não, para ninguém e em parte alguma, onde haja, em quem quer que seja, um pouco de amor pela Pátria, um pouco de orgulho pela sua história, um pouco de vontade de ser útil à terra que lhe foi berço, um pouco de vaidade pelo nome português, um pouco de interêsse pelas coisas do seu país e um pouco de desinterêsse pelo comodismo doentio, pela indiferença apatriótica, pelo abandôno criminoso de lesa-história, de lesa-Pátria, a que todos se votaram e a que, consigo, votaram o país e o seu passado glorioso, o bom nome de Portugal, os interêsses morais e materiais da colectividade nacional.

É tempo de que uma sacudidela violenta venha arrancar à apatia vilipendiosa em que se afundam tantos compatriotas

estùpidamente inertes, brutalmente indiferentes, para tudo que não seja uma utilidade e interêsse pessoal, para tudo quanto não seja negócio de prontos e avultados lucros: é tempo, dizia eu, de que uma rajada de bom-senso, um assômo de amor pátrio, um rasgo de isenção e de generosidade, um gesto de raciocínio e de ponderação, venha enfim pôr ponto na desenfreada carreira em que tantos, em que quási todos se lançaram para a ganhuça em larga escala, cegos e surdos, indiferentes e despóticos para tudo quanto não seja o interêsse pessoal e só pessoal, atropelem e firam quem quer que seja desde que o seu fim seja atingido.

Venha enfim o momento em que à indiferença pelo abandonado património histórico, tão rico o herdámos e tão desfalcado o temos, suceda o renascer do interêsse e ao lado de outras manifestações de carácter especial para fazer de Portugal um Portugal maior, que para tal lhe não faltam recursos nem condições de toda a espécie, surjam sem demora as de carácter puramente sentimental, as que aprimoram os dotes de alma, as que levantam o espírito, as que documentam e lustram a história e são a pedra angular, o alicerce onde assentam as tradições da autonomia nacional, são as cinzas onde se conserva latente o calor da alma da Pátria e onde todos iremos reanimar-nos ao seu fogo vivificante, quando o gêlo do desalento e das desditas de Portugal chame em seu auxílio as nossas energias dispersas.

*

Julgo que seriam bastante, motivos de ordem puramente patriótica e sentimental, para, noutro país que não fôsse o nosso, se estabelecer ràpidamente uma corrente de simpatia e protecção a êsses gloriosos monumentos, e, de facto, assim sucedeu na França, que tem restaurado muitos dos seus antigos e famosos castelos e continua a seleccionar os que de tal por qualquer ponderável motivo, podem ser reconstruídos, e a Alemanha, que reergueu alguns dos velhos e lendários caste-

los do Reno, mandando conservar de outros as ruínas, no estado em que se encontravam, reforçando-as e segurando-as contra a acção destruïdora do tempo.

O aspecto imponente das margens do Reno, eriçadas a curtas distâncias pelos seus castelos torreados, as lendas e fábulas que a quási todos êles se ligam, tornaram a viagem do famoso rio uma das mais curiosas e pitorescas daquela parte da Europa, que o turista e viajante procuram àvidamente.

Pois, desventuradamente, em Portugal, nem o interêsse fez com que se deitassem olhos misericordiosos para êsses tristes e resignados monumentos, caindo pouco-a-pouco, desmoronando-se, ou desmoronando-os pedra-a-pedra, quando podiam ser, convenientemente restaurados, apreciáveis elementos de riqueza regional, ao local chamando a corrente de turistas e viajantes que de ano para ano em todos os países engrossa, quer dentre a sua própria população, quer com as visitas de estrangeiros.

Largamente tratei a questão do turismo no nosso país, na minha tese sôbre os Castelos da Beira, e bem claramente deixei, julgo, demonstrada a influência que os velhos castelos de Portugal podem ter na criação de regiões turísticas, nos locais onde a existência dêles, aliada à beleza da païsagem, ou a quaisquer outras circunstâncias que ao turista interessem e possam ser postas em evidência para o chamarem a essas regiões, assim o aconselhe.

No turismo está hoje um dos grandes elementos de riqueza de todos os países, desde que saibam atraí-lo, desde que saibam criar meios de o chamar, proporcionando-lhe motivos de interêsse, quer puramente naturais, païsagens, quedas de água notáveis, rios, campinas, altas montanhas; quer astísticos, como museus de pintura e escultura, de antiguidades militares, etc.; quer arquitectónicos, como monumentos, catedrais, palácios, tôrres, pontes; quer arqueológicos, como as ruínas de desaparecidas cidades, templos pagãos, monumentos dos períodos romanos, godos ou árabes, velhos castelos da idade média, ficados como materializações de sonho de épocas dis-

tantes, com as suas lendas, as suas tradições, o seu pitoresco recorte de tôrres e barbacans, a transportar-nos, melhor que a mais flagrante e bela descrição, melhor que o mais sugestivo dos livros, a êsses tempos remotos, de que éles nos fazem viver a existência de então.

E' já lugar comum dizer que o turismo é a mais rendosa indústria da Suíça; que a Holanda, a Suécia e a Dinamarca o teem já aproveitado hàbilmente em seu próprio interêsse; que a França o está desenvolvendo largamente, sobretudo nestes últimos anos, criando associações e revistas ilustradas, especialmente destinadas ao desenvolvimento do turismo.

E, assim como a França, a Dinamarca, a Suécia, a Holanda, a Suíça, também Portugal, rico de belezas naturais como poucos países, dispondo de um clima privilegiado, e de esplêndidos monumentos tanto modernos como antigos, pode tirar do turismo uma das melhores fontes de riqueza se quiser e souber aproveitar os elementos de que dispõe para transformar em ouro, os valores artísticos e naturais de que a providência o dotou e que são a admiração de quantos estrangeiros o teem visitado.

¿Porque se espera?

O contínuo desenvolvimento dos meios de transporte, de dia para dia mais perfeitos, mais rápidos, mais cómodos, mais convidativos, enfim, favorece contìnuamente a realização das grandes excursões, que se veem multiplicando de ano para ano, como que respondendo justamente a esta insaciável ânsia de melhorar, de aperfeiçoar.

Neste mesmo momento em que escrevo, duas grandes excursões se realizam no país; uma de estrangeiros que, em número de muitas centenas, um luxuosíssimo vapor norte-americano há dias desembarcou em Lisboa; outra que, dentro de alguns dias, deve partir de Lisboa para a Ilha da Madeira e composta também de algumas centenas de excursionistas.

E' êsse admirável filão de ouro que as excursões deixam sempre na sua passagem, a procurar-nos o país, a tentar abrir caminho por entre a indiferença de todos nós, a dizer-nos que

o deixemos inundar os nossos vales, os nossos campos, as nossas aldeias, à procura dos motivos que o arrancaram do seu país. ¿E por que havemos de teimar em fechar as portas ao turista estrangeiro e ao seu ouro, ou antes, se não lhas fechamos, por que não lhe havemos de dizer que venha, por que não havemos de chamá-lo com as belezas do nosso país bem aproveitadas, com os seus monumentos restaurados e de entre estes, os seus velhos castelos, como dos mais belos, como dos mais sugestivos, como dos mais poèticamente evocadores dessas eras remotas de que são os únicos testemunhos, testemunhos mudos mas dos mais eloqüentes e avassaladores, verdadeiras páginas de pedra da história de um povo que a escreveu toda ou nos campos de batalha ou nos muros denegridos dêsses alcáçares de lenda, onde, em cada pedra, poderemos aìnda ver com os olhos da alma, os vestígios dos guantes de ferro de nossos maiores, quando às suas ameias se aferravam, com a espada nos dentes, nos assaltos leoninos de que tantos dêles conservam aìnda feridas sangrentas?

*

Se ao turismo podemos, pois, ir buscar uma importante fonte de riqueza para o nosso empobrecido país, — pregunto agora, como preguntei há um ano no Congresso de Coimbra, como há dois no Congresso de Viseu, como há três, há quatro, há cinco, venho preguntando aos meus compatriotas por todos os meios que ao alcance se me oferecem — ¿por que se espera para pôr em execução um plano que só benefícios pode trazer?

*

Frisei já, e convém insistir, que toda a iniciativa para reconstruir ou restaurar os castelos que de tal aìnda sejam susceptíveis, tem de ser inteiramente particular, sem contar de

princípio com o auxílio do Estado ou com as suas preocupações sôbre o caso.

O Estado está bastante pobre para não poder dispender um centavo mais com motivos desta ordem, e — infelizmente — demasiado preocupado com as questões políticas que o assoberbam, para poder dedicar-lhe alguns breves momentos de atenção.

Conseqüentemente só nós, os particulares, podemos e devemos olhar por essas jóias da nossa arquitectura militar medieval, salvando-as por um dever duplo de patriotismo: Reintegrar em todo o seu valor histórico um valioso documento da nossa altíssima história passada e entregar ao país um valor material que pode concorrer para o seu ressurgimento económico.

Foi dentro desta orientação que ao 2.º Congresso das Beiras apresentei uma proposta para que dêsse congresso imediatamente saíssem as comissões locais que deviam constituir os núcleos de protecção e propaganda nas diferentes localidades onde se encontrem monumentos antigos, especialmente tôrres e castelos.

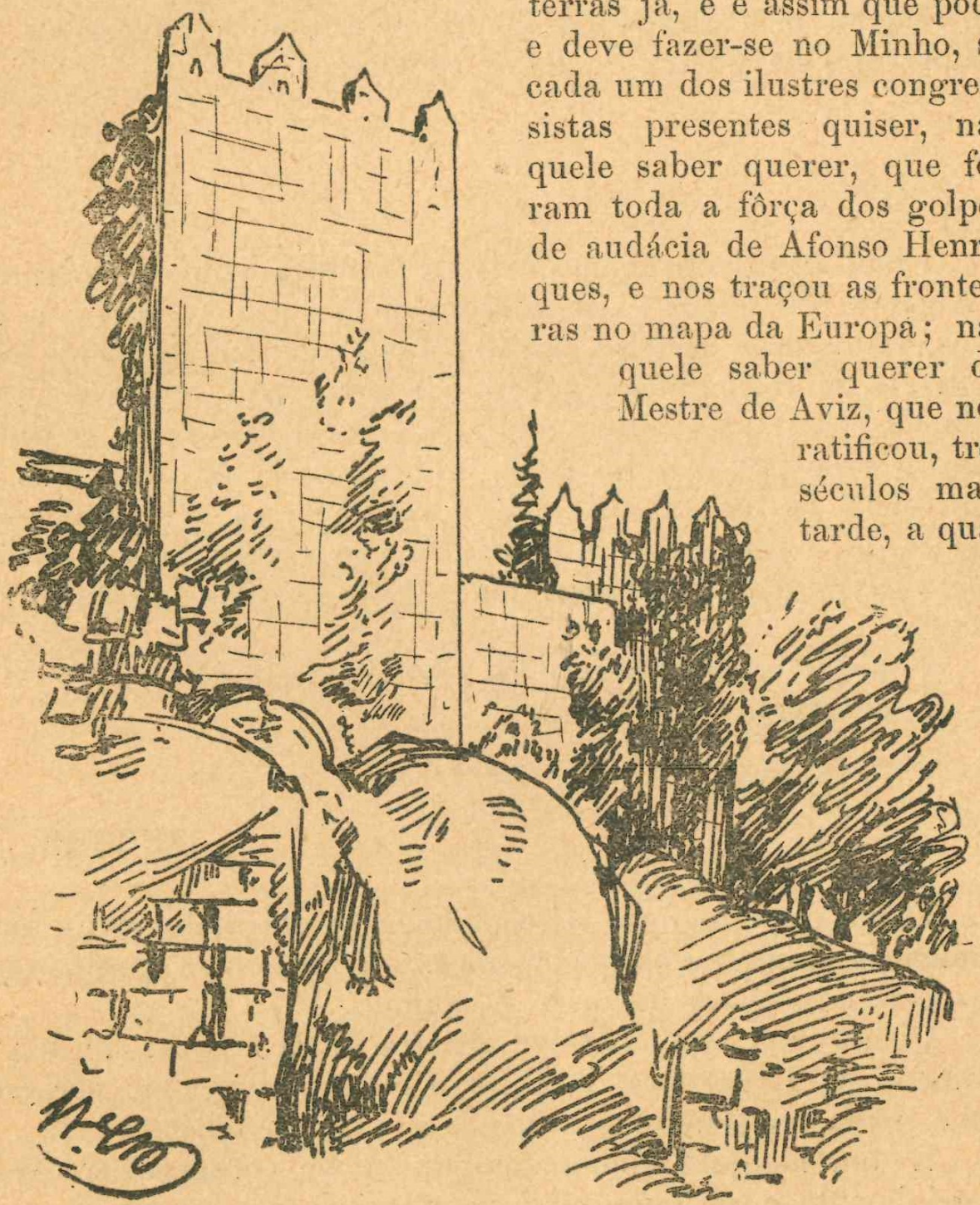
Infelizmente por que esta proposta só pôde ser apresentada na última sessão do Congresso, quando já muitos congressistas tinham retirado e a maioria dos restantes retirava aìnda nesse dia ou no seguinte, não pôde realizar-se uma reünião especial que para tal fim aìnda cheguei a convocar, não se criando por isso essas comissões, fruto de mais imediatos resultados que o Congresso poderia ter produzido.

Essa proposta relativa aos Castelos da Beira Histórica, vou renová-la aqui para os do Minho, esperando que ela mereça a devida atenção, de todos os que aqui veem em defesa dos interêsses regionais em geral e aos de cada uma das suas terras em especial.

Mas, é dêste Congresso, srs. congressistas, que tem de sair a protecção aos Castelos de Entre-Douro e Minho, é dêste Congresso que tem de sair a iniciativa da restauração e reconstrução dos que dela forem aìnda susceptíveis, sem se contar com o

que os governos possam fazer, antes partindo do princípio e assentando em que, no actual estado económico do país, com o seu auxílio não poderá contar-se.

Foi assim que se fez na Vila-da-Feira, é assim que se está fazendo em Évora, em Óbidos, em Aguiar-da-Pêna e noutras terras já, e é assim que pode e deve fazer-se no Minho, se cada um dos ilustres congressistas presentes quiser, naquele saber querer, que foram toda a fôrça dos golpes de audácia de Afonso Henriques, e nos traçou as fronteiras no mapa da Europa; naquele saber querer do Mestre de Aviz, que nos ratificou, três séculos mais tarde, a qua-



UM ASPECTO DO CASTELO DE GUIMARÃES

lidade de povo livre; naquele saber querer de João Pinto Ribeiro, que em 1640 nos restituiu a Liberdade, um momento asfixiada à traição pelas tropas do duque de Alba; naquele saber querer com que o Marquês de Pombal fez dum país moribundo, uma nação respeitada e florescente; naquele saber querer com que os nossos galuchos de 1810 levaram de vencida pela Hespanha dentro os soldados aguerridos de maior cabo de guerra de todos os tempos.

*

Como nas Beiras, como na Extremadura, como no Alentejo e Algarve, no Minho existem algumas dezenas de antigos e, alguns, velhíssimos castelos, bastantes dos quais inteiramente susceptíveis de restauração, podem vir a ser não só verdadeiras jóias da nossa arquitectura militar medieval, mas ainda óptimos elementos de turismo, dos locais onde existem, arrastando constantemente os turistas nacionais e estrangeiros, ávidos de emoções novas, de sensações violentas, que lhes desenfastiem a existência monótona e invariável das grandes cidades e dos grandes centros.

Conheço os seguintes, todos por mim visitados, e cujo estado de conservação vou apontar.

ANCORA

E' um pequeno forte seiscentista, com dois baluartes e uma pequena esplanada voltada ao mar. Acha-se bem conservado, mas o seu interêsse histórico é mínimo.

Construído para defender a barra do rio Ancora, no lugar chamado da Lagarteira, também o forte é conhecido por êste nome, nada constando todavia da sua acção militar.

E' um modesto monumento que pode conservar-se, dado especialmente o seu bom estado, entregando-o à guarda de uma

comissão local que procedesse a pequenas obras de limpeza nos muros e canhoneiras cobertas de musgo, utilizando-o mesmo nas épocas de banhos como meio de distracção para os banhistas.

Assente mesmo junto ao portinho de Ancora, sôbre rochas que o mar bate, chegando-lhe nas marés vivas até às próprias muralhas, é pitoresca a sua situação e poderia ser um óptimo elemento de recreio para os freqüentadores da praia.

ARNÓIA

Sôbre um elevado outeiro que se ergue ao lado da estrada de Fafe a Celorico-de-Basto e a oito quilómetros desta vila, apruma-se aìnda nas sóbrias e elegantes linhas da sua sólida estrutura, um pequeno e interessantíssimo castelo, cuja romotíssima origem se perde nas brumas de muitos séculos passados e que, mais digno de melhor sorte, pela sua incalculável antiguidade, pela sua sugestiva elegância, pela sua admirável situação, se arruína como tantos — como quási todos, desgraçadamente! — sem que um gesto de decidida boa-vontade, de lídimo patriotismo, de santo amor pela sua terra, pela sua história, de orgulho pelo seu passado, lhe lance a escora misericordiosa que o aguente mais algum tempo no tôpo do seu altaneiro cabeço.

Com a tôrre de menagem já fendida por uma descarga eléctrica a que a sua solidez pôde aìnda resistir; com as muralhas selvàticamente esburacadas pela estupidez miserável dos pesquizadores de tesouros encantados — e em tais condições que, se num dos buracos abertos na muralha norte, por onde cabe um homem, uma das pedras que aguenta a silharia superior, cair, a muralha vem toda abaixo —; com a sua cisterna entulhada; outra das tôrres já derruída, o mísero monumento, que, acudindo-se-lhe a tempo, poderia aìnda ser uma verdadeira jóia entre os nossos monumentos congéneres e, sàbiamente aproveitado, uma cornocópia da fortuna para a região onde se ergue, jaz quási ao abandôno, inútil à região e ao país, provocando,

em vez de admiração, piedade; produzindo, em vez de ouro, cardos e silvas!

E todavia ¡que formosa lenda se prende, na tradição do curioso monumento!

A oito quilómetros de Celorico-de-Basto, por uma estrada que é um verdadeiro paraízo, quer partindo de Fafe, quer indo por Amarante; erguido no centro de uma bacia que do alto das muralhas pode atingir cincoenta ou sessenta quilómetros de diâmetro; o monumento restaurado, o cabeço onde se ergue, adrede preparado, um bom hotel em Celorico e a propaganda dêsse verdadeiro trecho do paraízo convenientemente feita... ¡como seria fácil trazer dinheiro... ao Minho!

AZUREI

A três quilómetros de Guimarães, numa propriedade hoje pertencente ao Dr. Moura Machado, clínico militar em Guimarães, existe um minúsculo e curiosíssimo castelo roqueiro, antiqüíssimo também, para o qual não são felizmente precisas as atenções de estranhos, em tão boa mão está.

Encontra-se já em via de reparações e tratado com aquele carinho que só pessoas da alta cultura do seu actual proprietário, sabem aìnda dispensar a estes retalhos de um Portugal antigo, como exemplos vivos e lições explêndidas ao Portugal de agora.

O castelo de Azurei, ou de Pousada, foi morgadio dos Peixotos de Pousada, antiqüíssima família nobre que remonta a D. Sancho II.

O castelo, diz-se ser coevo da fundação da monarquia, só, todavia, podendo assegurar-se que já existia no século XV.

BARCELOS

São muito antigas as fortificações de Barcelos.

E' tradição que, no lugar onde hoje se erguem as ruínas do paço dos duques de Bragança, existiu um antigo castelo romano ou godo, de que não restam vestígios.

Mais tarde, os reis portugueses cercaram-na de muralhas de que aìnda existem alguns lanços para o lado do rio, já arruïnados em parte, servindo, ora de muros de propriedades particulares, ora de suportes a habitações da vila.

No campo da feira existe aìnda uma tôrre ameada, que pertenceu às muralhas da vila e hoje serve de cadeia. Triste fim de tão respeitáveis avoengos!

Onde homens bons batalharam pela liberdade do seu país, encarceram-se criminosos...

BRAGA

Se vandalismos se teem praticado por todo êsse país, contra os mais gloriosos dos nossos monumentos do passado, que mereçam repulsa e indignem, sendo, aliás, cometidos geralmente por gente ignorante de tudo, o que em Braga se cometeu, destruindo a cidadela das suas velhíssimas fortificações, é dos que mais revoltam, é dos que mais repugnam, por ser justamente perpetrado por quem tinha o dever de sentir, um pouco mais intensamente, o respeito pelo nosso passado; um pouco mais de veneração pelos documentos que o atestam; um pouco mais de amor pátrio; um pouco mais dêsse orgulho de quem somos e de quem provimos; um pouco mais dêsse amor que só sabe senti-lo na sua maior pureza, na épica grandeza do seu mais alto significado, os que podem sentir pulsar o coração da Pátria, justamente no peito de granito, onde a alma nacional nasceu: os monumentos coevos da nacionalidade, os castelos erguidos pelos batalhadores da 1.ª dinastia, onde a alma portuguesa se bateu para dar corpo à alma nacional!

Na fúria destruïdora de tudo o que o snobismo modernista considera como velharias, no vendaval iconoclasta que nos tem atirado por terra, os nossos mais lídimos deuses lares, êsses monumentos em que assentou a primeira ideia, a primeira concretização da nossa nacionalidade, os documentos destroem-se, os costumes mudam-se, a tradição perde-se e a nacionalidade... abastarda-se.

Povo cujos documentos de alforria não existem; cujos usos e costumes próprios se modificaram, modificando-lhe o carácter e pervertendo-lhe a alma; cujas tradições se perderam, porque desapareceram os documentos que as rememoravam, ¿que lhe resta?

Vir um dia a ser um povo... sem origem; uma nação... sem nacionalidade: Pátria sem os pergaminhos honrosos do seu passado, anónima, espúria, desconhecida, sem direitos que se lhe reconheçam ou que se lhe respeitem.

Todavia a tradição é o elo que liga ìntimamente entre si as diferentes épocas da história de um povo; é o alicerce, onde assentaram as primeiras esquadrias do edifício grandioso de uma nacionalidade.

Perdê-la, será perder os títulos de direito ao solo em que tão árdua e apaixonadamente se ergueu êsse esplendente edifício.

Desgraçadamente, a ausência completa dêsses sentimentos, por parte de quem era de esperar que não os desconhecesse, tem inutilizado verdadeiras preciosidades, cuja perda irremediável ainda há quem lamente.

Em Braga, a vítima foi a sua velhíssima cidadela, imolada a um melhoramento que aìnda está para o ser.

Destruiu-se a cidadela, mas —¡oh desígnios do destino!— o melhoramento projectado para construir no local onde o velho alcáçar ergueu sobranceiro as suas robustas cortinas e tôrres, jaz nas paredes exteriores apenas, habitação exclusiva e cómoda de pombas e pardais, que lhe entram em bandos pelas janelas sem portas como órbitas vazias, a patentearem ao visitante da cidade dos bispos, toda a desolação do seu corpo sem

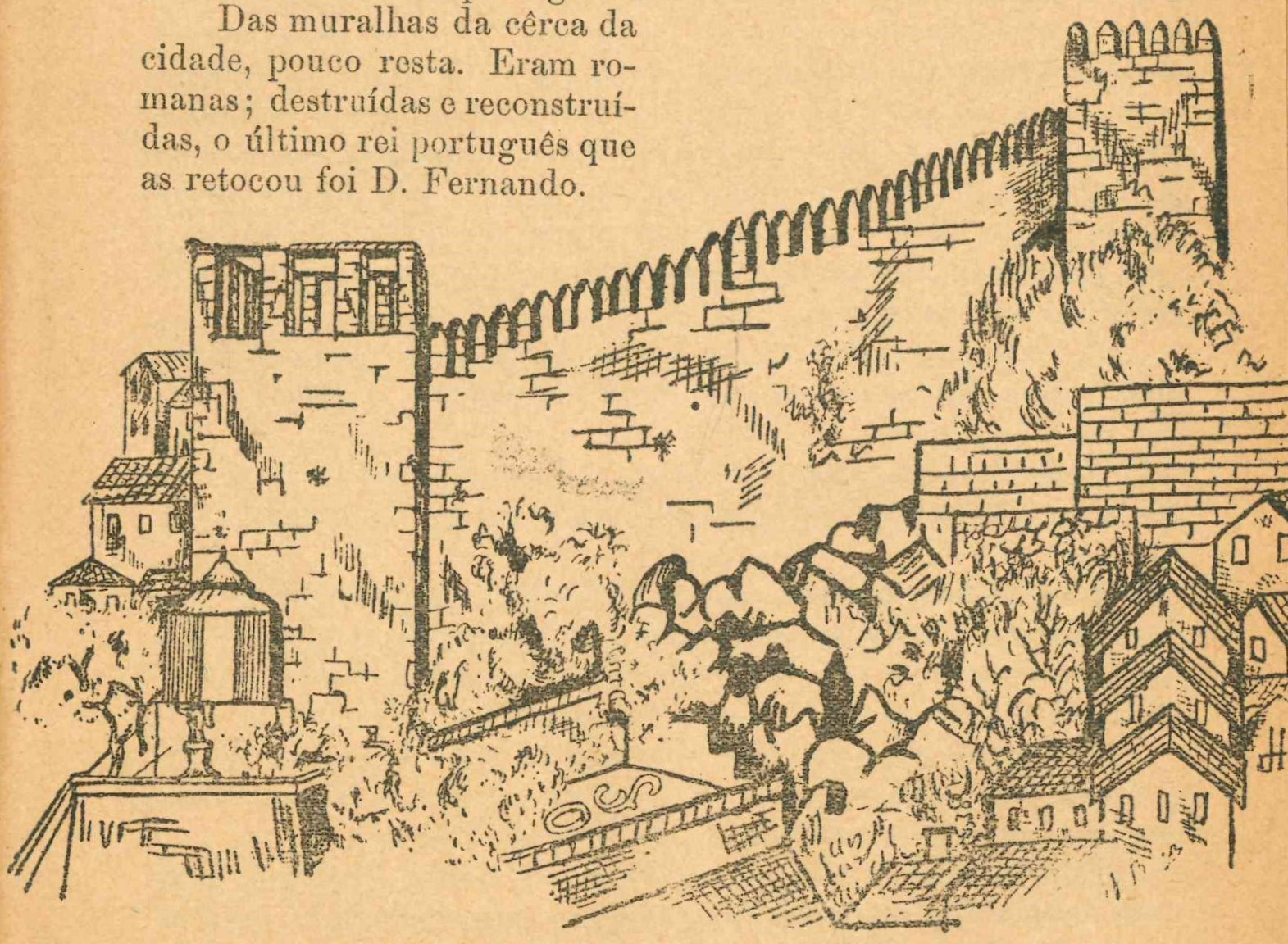
vida, esventrado, toda a inutilidade da sua existência de... *jóven-ruína.*

¡Como se na grande cidade não houvesse outro local onde se construisse uma repartição de finanças ou edifício para govêrno civil!

¡E que esplêndido não seria o efeito da velha cidadela, um dia desafogada dos edifícios que a cercavam, erguendo majestosa as suas tôrres e muralhas denegridas pela acção de muitos séculos, entre a casaria branca da soberba avenida que o Bom-Jesus enfrenta!

¡Que curiosa e peregrina noção de progresso e de amor pátrio teem certos portugueses!...

Das muralhas da cêrca da cidade, pouco resta. Eram romanas; destruídas e reconstruídas, o último rei português que as retocou foi D. Fernando.



AS MURALHAS DO PORTO

C.M.B. Biblioteca

Depois, foram caindo pouco-a-pouco. A cidade precisava alargar-se, as muralhas desapareceram.

Restam, de tudo, três tôrres da antiga cêrca e a de menagem da cidadela!

Até quando?...

CAMINHA

E' pouquíssimo o que resta das antigas muralhas de Caminha, cuja primeira cêrca, hoje inteiramente destruída, parece datar de época anterior à monarquia.

Uma tôrre quadrangular, que aìnda serve de tôrre de relógio e se ergue, sólida, na Praça-do-Comércio, julga-se ter pertencido à primeira circunvalação da cidade. Mais tarde os nossos primeiros reis ampliaram esta cêrca para dar lugar ao desenvolvimento da povoação e durante as campanhas da restauração construiram-se em volta da vila novas muralhas, do sistema já abaluartado, aproveitando, ao que parece, alguns lanços da antiga muralha e mais ampliada aìnda do que a segunda.

Desta existem aìnda vários troços junto ao rio e do lado poente e sul da vila.

O chamado baluarte de Santo António encontra-se completo, tendo aìnda um postigo bem conservado, e várias cortinas da muralha.

Êste baluarte, bem como todo o lanço de muralha que vai até ao rio, deve conservar-se, incluindo-o nos monumentos nacionais.

Encontra-se, é certo, mal conservado, crescendo-lhe os cardos, os tojos, as silvas, as heras, por toda a parte; a tôrre do relógio está em bom estado; pêna é, terem-lhe encostado habitações que inteiramente a mascaram por dois lados.

Urge que em Caminha se constitua uma comissão de vigilância pela conservação e restauração dêstes dois monumentos, nas mesmas condições da de Vila-da-Feira.

Com a restauração do baluarte de Santo António, local para onde a vila não pode estender-se, e cuja esplanada, soberbo ponto de vista sôbre o rio Minho e cidade baixa, abrangendo

um raio panorâmico de alguns quilómetros, pode tranformar-se em um admirável passeio de verão, só tem a lucrar a cidade, que encontrará ali um dos seus mais aprazíveis locais, muito para considerar nos meios turísticos.

CÃO

E' um pequeno forte situado ao sul da barra do Ancora, forte que hoje serve de marco geodésico na triangulação do país. E' abaluartado e foi construído sobranceiro a uma pequena baía de fácil desembarque que no local se encontra. Dista uns dois quilómetros do Castelo de Ancora.

CASTRO LABOREIRO

Vinte quilómetros ao sul de Melgaço existem aìnda as ruínas do que foi um dos mais bem situados castelos medievais de Portugal.

No alto de uma aguçada pirâmide cónica que Pinho Leal computa em mais de 400 metros de altura, parece ter sido reconstruído ou ampliado por D. Afonso Henriques quando tomou conta do govêrno do condado. D. Denis parece que também lhe adicionou obras.

Daí para cá nada mais reza a história do castelo de Castro Laboreiro, que, pedra-a-pedra, se tem derruído ou o teem demolido.

Restam alguns lanços de muro e uma das portas, ao que me consta, pois é o único que não pude aìnda visitar.

CERVEIRA

É do sistema de cêrca o Castelo de Cerveira, com todas as suas muralhas aìnda de pé, se bem que já derruídas nos adarves, bem como algumas tôrres, em alguns pontos.

Infelizmente, as edilidades de Cerveira teem consentido que, pelo exterior e até pelo interior, se construam edificações encostadas à muralha!...

De tal forma mascarado se encontra o castelo, que é difícil reconhecê-lo, só se avistando a parte superior das cortinas e tôrres a certa distância da vila e do rio.

Está no mais completo abandôno, podendo ser todavia um admirável elemento de turismo regional, tanto mais que a êle se ligam factos notáveis da história-pátria (1).

ESPOZENDE

Na foz do Cávado, levantou-se depois de 1640 um forte abaluartado de pequenas dimensões, que tinha por fim defender a barra do rio de qualquer ataque da esquadra espanhola, ou dos assaltos dos corsários que, mesmo junto às costas, vinham muitas vezes assaltar os navios que demandavam o pôrto.

Derruiu já em parte, e sôbre a muralha restante construíu-se uma pequena esplanada para assentar um farolim indicador da barra do Cávado.

Não tem hoje valor militar nem artístico.

---

(1) A propósito de um artigo que há dois ou três anos, entre outros sôbre castelos, àcêrca do de Cerveira escrevi, um tal sr. Artur de Menezes Montenegro, levantando um suposto agravo que no referido artigo eu dirigia ao povo de Cerveira — atirou-me em linguagem de ferrador de aldeia umas baboseiras, com pretensões a ironias, que me mostraram logo que tal criatura, que não soubera ler, menos sabia escrever. Tive de dar-lhe o correctivo necessário no *Correio do Minho*, pondo em conveniente destaque a supina estupidez e ignorância do sr. Menezes Montenegro, a quem falha autoridade de toda a espécie para poder meter-se em assuntos de que não percebe e a que portanto não pode ser chamado, nem permitir-se intervir, não havendo em tal artigo nada que possa tomar-se como ofensivo dos brios dos Cerveirenses.

FONTES

Dois ou três quilómetros ao norte da barra do Lima, num promontoriozinho sobranceiro a uma pequena enseada que as rochas formam naquele sítio da costa, está o chamado Castelo Velho, de Viana, no local a que chamam Rêgo-de-Fontes.

E' um fortim, aìnda bem conservado, tendo apenas derruídos os adarves e banquetas da muralha.

Não tem valor histórico, mas restaurado, era um lindo passeio de verão para vianenses e turistas.

A situação topográfica das faldas da serra que acompanha a costa até Caminha, é magnífica e o aproveitamento do forte, fácil.

FARIA

Não existe já o famoso castelo de Faria, tão notável na história de Portugal, pela heróica defesa da sua guarnição contra as tropas espanholas de Pedro Sarmiento, adiantado de Galiza, que o cercou em 1373. Nuno Gonçalves, seu alcaide, cujo nome ficou vinculado às muralhas dêsse castelo, deixou ver bem, na espartana resposta que deu aos espanhóis, qual era a têmpera patriótica dos portugueses dêsse tempo.

O castelo de Faria, forte construção de valentes, foi séculos depois transformado, por uma raça a degenerar, em casa de fanáticos...

Demoliu-se o Castelo de Faria para se construir... um convento.

Desapareceu o exemplo da fôrça, da energia, da luta, para se dar o exemplo da inércia, do descanso, da indolência!

FOZ-DO-DOURO

Mesmo no desaguadouro do grande rio, no Oceano, ergue-se, completo aìnda, mas já muito soterrado pelas areias e entu-

lheiras que em volta lhe lançam, o Castelo de S. João da Foz-do-Douro, que, bem conservado como se acha, muito bem podia ter melhor destino do que o que lhe dão.

A Foz, sendo uma praia altamente freqüentada, não seria difícil em um bem concebido plano de turismo, tornar êste monumento, aliás notável nas campanhas miguelistas de 1832-34, num esplêndido elemento de recreio, sem deixar de ser útil; sendo-o, pelo contrário, muito mais do que o é.

O primitivo castelo, começado a construir aí por 1500 e tal, tem como alicerce uma igreja e hospício que certos frades no local tentavam erigir. A igreja existe aìnda em parte.

Mais tarde acrescentaram-se-lhe as baterias baixas, ampliando muito a praça, construindo-se prisões, novas baterias, etc.

Mal cuidado como está, nada admirará que um dia comece a desmoronar-se.

Camilo, faz dêle o scenário duma das suas mais enternecedoras novelas do Minho.

GAIA

Em Vila Nova-de-Gaia houve duas fortificações, ambas já inteiramente desaparecidas.

Uma foi um castelo medieval, cujo môrro onde se ergueu, aìnda hoje é conhecido pelo nome de «Castelo».

Liga-se a uma interessantíssima lenda mourisca.

Outro, foi a chamada «Fortaleza da Serra do Pilar», erguida já depois do cêrco do Porto pelas tropas de D. Miguel.

Era bastante vasta e provida de numerosas canhoneiras para artilharia. Reconhecida a sua ineficácia para os meios de ataque modernos, foi abandonada e começou a desmoronar-se, até que a demoliram por completo quando das obras da grande avenida de Gaia.

GERAZ-DO-LIMA (Santa Leocádia do)

Há duas povoações com êste nome na província do Minho, ambas comarca e concelho de Viana-do-Castelo, ambas férteis, ricas e de natural beleza, como, em geral, toda a província. E' porém de Santa Leocádia que vamos dizer duas palavras, por ser ela que, sob o ponto-de-vista arqueológico, nos interessa.

Há no alto do monte umas ruínas de um castelo que, segundo corre, foi fundado pelos túrdulos, cêrca de 400 anos antes de Cristo.

Êste castelo parece ser antes uma das tôrres ou uma dependência do célebre castelo da Facha, de que apenas restam também ligeiros vestígios, pois que uma das serras que dominam esta povoação (a outra é a serra da *Nó)* correndo do nascente a poente e que tem aìnda nome de serra do Castelo, vai morrer em declive nas frèguesias de Vitorino-das-Donas e Geraz-do-Lima.

GIELA

A tôrre de Giela é um lindíssimo exemplar manuelino, duma casa solarenga fortificada, do alto Minho, servindo hoje de celeiro e estábulo para gado!

Não é pròpriamente um castelo, mas uma casa acastelada, podendo defender-se na sua sólida tôrre e do alto dos muros ameados do próprio solar.

Mas perde-se como todas, mau grado a sua notável beleza, dado o estado em que se encontra e o destino a que a aplicam.

GUIMARÃES

Como é sabido, Guimarães, a antiga *Vimaranes,* a *Leobriga* dos celtas, a *Araduze* ou *Araduça* dos galo-celtas, foi o berço da nacionalidade portuguesa.

Destruída duas vezes pelos mouros, em 967 sob as ordens

de Al-Caraxi, rei de Sevilha, e em 998 comandados por Almançôr, rei de Córdova, a povoação reconheceu a necessidade de se defender eficazmente dos ataques inimigos e para isso tratou de construir o seu castelo, que parece já estava bastante adiantado a quando da última invasão moura, sendo provável que a determinante desta fôsse mesmo o evitar a conclusão dessa monumental obra de defesa, pois, segundo rezam os cronistas mais cotados, foi depois de 998 que ela teve o seu acabamento.

Edificado sôbre o pitoresco e alcantilado monte *Latito* o castelo, que era fortíssimo, cercado de altas muralhas e profundos fossos, possuía aìnda e possue espessas tôrres e todas as outras obras de defesa então em uso na arte da guerra. Eram sete essas tôrres, das quais a nossa gravura (pág. 21) representa aìnda um espécimen. Parte delas foram arrasadas (sempre a devastação, sempre a selvageria!...) em 1848 por ordem da Câmara Municipal para concertar os pavimentos das ruas...

Parece que a fundadora dêste castelo foi a condessa Mumadona, mãe de D. Urraca e de D. Tareja, devendo ter começado a sua construção em 957, dando-lhe o título de Castelo de San-Mamede e destinando-o à defesa do mosteiro de frades e freiras que lhe fica subjacente.

Como dissemos, porém, não é provável que as obras estivessem concluídas a quando do assalto de Almançôr.

A tôrre, que aìnda hoje se vê ser de magnífica construção, tem uma só porta e à sua esquerda apresenta uma inscrição onde se lê *Via Maris,* ou *Via Militaris,* donde se conclue que era por ali que passava a antiga estrada militar romana que seguia de Braga para Trás-os-Montes passando por Amarante.

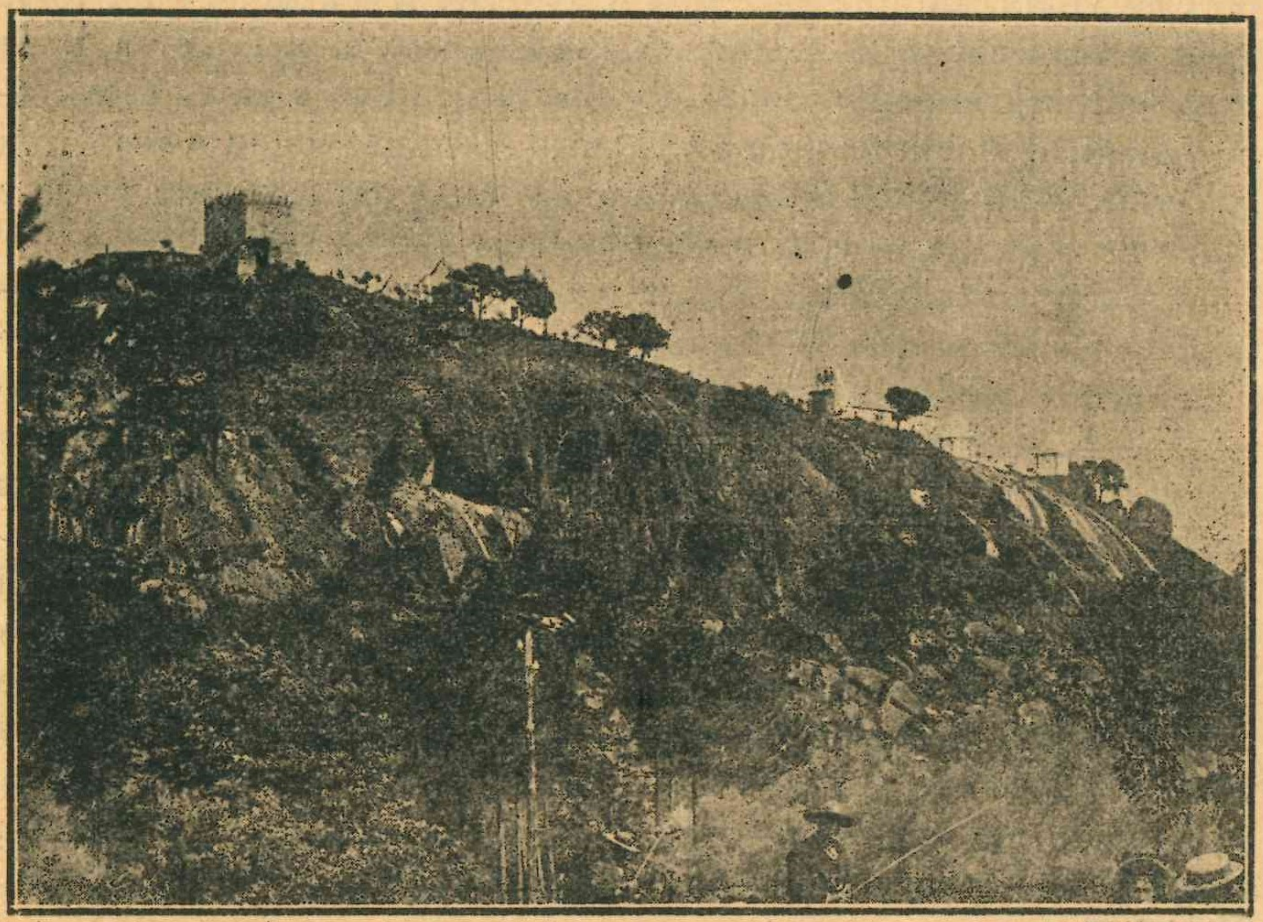
A tôrre, cercada, como se disse, de altas muralhas com seus cubelos, é quadrangular e do alto descobre-se um vastíssimo horizonte, do qual uma parte constituída pela longínqua e azulada linha do mar.

Dentro desta tôrre encontram-se os restos dos antigos paços do Conde D. Henrique, que assentou aqui a sua côrte e onde nasceu em 25 de Julho de 1109 o primeiro monarca português, D. Afonso Henriques.

O monte *Latito,* onde está a tôrre, é no ponto mais alto da cidade e divide-se em dois cabeços, o Monte de Santa Maria e o Monte Largo, os quais, como duas sentinelas vigilantes, espreitavam ao longe os movimentos do inimigo.

LANHOSO

Lanhoso é uma pequena frèguesia, na comarca e concelho de Póvoa-de-Lanhoso, distrito de Braga, na província do Minho. Possue um castelo tão antigo certamente como a própria povoação, que parece ser de origem romana e que assenta sôbre altos penhascos, numa posição que devia ser outrora verdadeiramente inexpugnável. Pode dizer-se que o que existe hoje dêsse forte baluarte são apenas venerandas relíquias. No entanto êle des-



CASTELO DE LANHOSO

empenhou papel importante na história dos primeiros tempos da nacionalidade portuguesa e por isso merece especial menção.

Segundo uns e porque é ainda voz corrente na localidade que na tôrre existiu uma inscrição com os dizeres: *Crastinus ædificavit,* foi edificado por Crastino, general de César, que veio à Península para a conquista da Galiza.

Segundo outros, a sua construção deve-se ao imperador romano Vespasiano no ano de 75 da era cristã, pouco mais ou menos quando foram construídas as pontes do *Porto* e de *Perozêlo,* nas imediações de Braga, na célebre via militar romana de Geira, obras admiráveis da engenharia dêsse tempo, que ainda hoje se encontram em excelente estado de conservação, tendo portanto mais de 18 séculos de existência.

Neste castelo residiu por largo tempo D. Teresa ou Tareja, mãe de D. Afonso Henriques, emquanto governou Portugal, depois de viúva, até que entregou o govêrno a seu filho, quer fôsse após a batalha de San-Mamede (1128), isto é, pela fôrça, quer fôsse voluntàriamente, como alguns pretendem e entre estes Pinho Leal, que afirma que D. Afonso «sempre amou e respeitou sua mãe, cumprindo todas as suas ordens emquanto ela viveu e todas as suas disposições testamentárias após a sua morte.»

A ser verdadeira, porém, a primeira versão, foi para o Castelo de Lanhoso que D. Afonso Henriques a mandou, depois de vencida na batalha de San-Mamede, e onde a encerrou por largo tempo. Êste facto, ou pelo menos esta versão, foi que obstou à canonização do primeiro monarca português, solicitada mais tarde de Roma por alguns dos seus descendentes.

No mesmo castelo e antes dêstes sucessos, em 1125 foi D. Teresa cercada pelas tropas de sua irmã D. Urraca, raínha da Galiza, cêrco que durou pouco tempo, terminando a breve trecho pela reconciliação das duas irmãs e com a celebração de um tratado chamado *Tratado de Lanhoso.*

Quem segue pela estrada que de Braga conduz a Chaves, avista já a léguas de distância as cortinas ameiadas do castelo, que ainda se conservam de pé com alguns dos seus cubelos e bastiões. Todavia, esta preciosidade histórica, que devia ser

tanto quanto possível restaurada e conservada religiosamente, sem falar no abandôno a que, como quási todos os seus congéneres, tem estado votada pelos Poderes Públicos, sofreu através dos tempos diversos vandalismos, sendo de mencionar o praticado em 1680 por um mercante das imediações que enriquecera no Porto, de nome André da Silva Machado, o qual lhe demoliu uma grande parte para construir em sua substituïção... uma igreja à Senhora do Pilar!

E àlém desta várias capelas sem arte e sem gôsto, disseminadas pela escarpa da montanha, representando no seu interior os passos da paixão de Cristo, à semelhança do Bom Jesus de Braga e de Santa Quitéria, de Felgueiras.

A vista que se disfruta do alto do Castelo é simplesmente... soberba! Ao sul, a meio quilómetro quando muito, a linda e rica vila da Póvoa-de-Lanhoso, sede do concelho, mandada repovoar por D. Dinis, o infatigável reconstrutor, debaixo de todos os pontos-de-vista, da nacionalidade portuguesa; a leste a escabrosa Serra da Cabreira, dominada pelos seus elevados picos de San-Mamede e de Moroiços, tendo mais abaixo, sobranceiro ao rio Ave, em sítio encantador e poético, o templo de Nossa Senhora do Porto de Ave. Alegrando a vasta mancha escura do imenso terreno descoberto, avistam-se várias povoações, como sejam: Motas, Berredos, Godinhos, Machados, etc., origens de outros tantos apelidos de famílias ilustres de Portugal.

LAPELA

E' nesta pequena aldeia, situada a 8 quilómetros a oeste de Monção, que se encontra a tôrre também conhecida com o nome de *Tôrre de Lapela* (pág. 7), tôrre que se conserva exteriormente em perfeito estado de conservação, tendo sido a tôrre de menagem de um castelo mandado construir por D. Afonso Henriques em 1130.

Tem a tôrre de que falamos 66 metros de alto, 22 de largo em cada face, pois é quadrada, e $3^{m},11$ de espessura nas suas paredes. E' toda construída em pedras cúbicas, sem o menor

vestígio de cimento e com as juntas perfeitamente unidas. Vê-se a muitas léguas de distância e por isso constitue como que uma sentinela vigilante na nossa fronteira.

No alto desta tôrre, como se observa na figura da pág. 7, encontram-se oliveiras seculares que ali foram semeadas pelos tordos e outros pássaros, mas que, vistas cá de baixo, parecem pequenos arbustos, tal é a altura. Interiormente não existe escada que permita subir-se ao cume da tôrre, pois de há muito abateram os seus andares, de que aìnda se vêem os cachopos em que deviam ter assentado. E' realmente pêna que tal suceda, pois deve ser magnífica a vista que de tão alta construção se devia disfrutar. Bem avisada andaria a Comissão de Monumentos Nacionais se mandasse proceder a essa reconstrução da obra interior, para ter tão belo monumento em perfeito estado de conservação.

LEÇA-DO-BALIO

O mosteiro de Leça-do-Balio tem notáveis tradições na vida da nossa nacionalidade. Como não nos propômos escrever um livro de história, mas tão-sòmente citar algumas das fortificações portuguesas, limitar-nos-hemos a dizer que, debaixo dêste ponto-de-vista, Leça é aìnda digna de menção pela sua tôrre. E' esta bastante alta e forte, possuindo todas as condições ao tempo exigidas pela arte da guerra, a fim de defender eficazmente o mosteiro.

O referido mosteiro foi reedificado em 1180 pelo mestre da Ordem dos Templários, D. Gualdim Pais, fundador do Castelo de Tomar e muitos outros, o mais valioso auxiliar, inquestionàvelmente, de D. Afonso Henriques na formação da nacionalidade portuguesa, mas a tôrre parece ter sido mandada construir pelo balio D. Frei Estêvão Vasques Pimentel, quando mandou também reconstruir o templo, obra concluída em 1336, sendo rei D. Afonso IV.

A tôrre encontra-se aìnda hoje em bom estado de conservação, sendo digna de ser visitada.

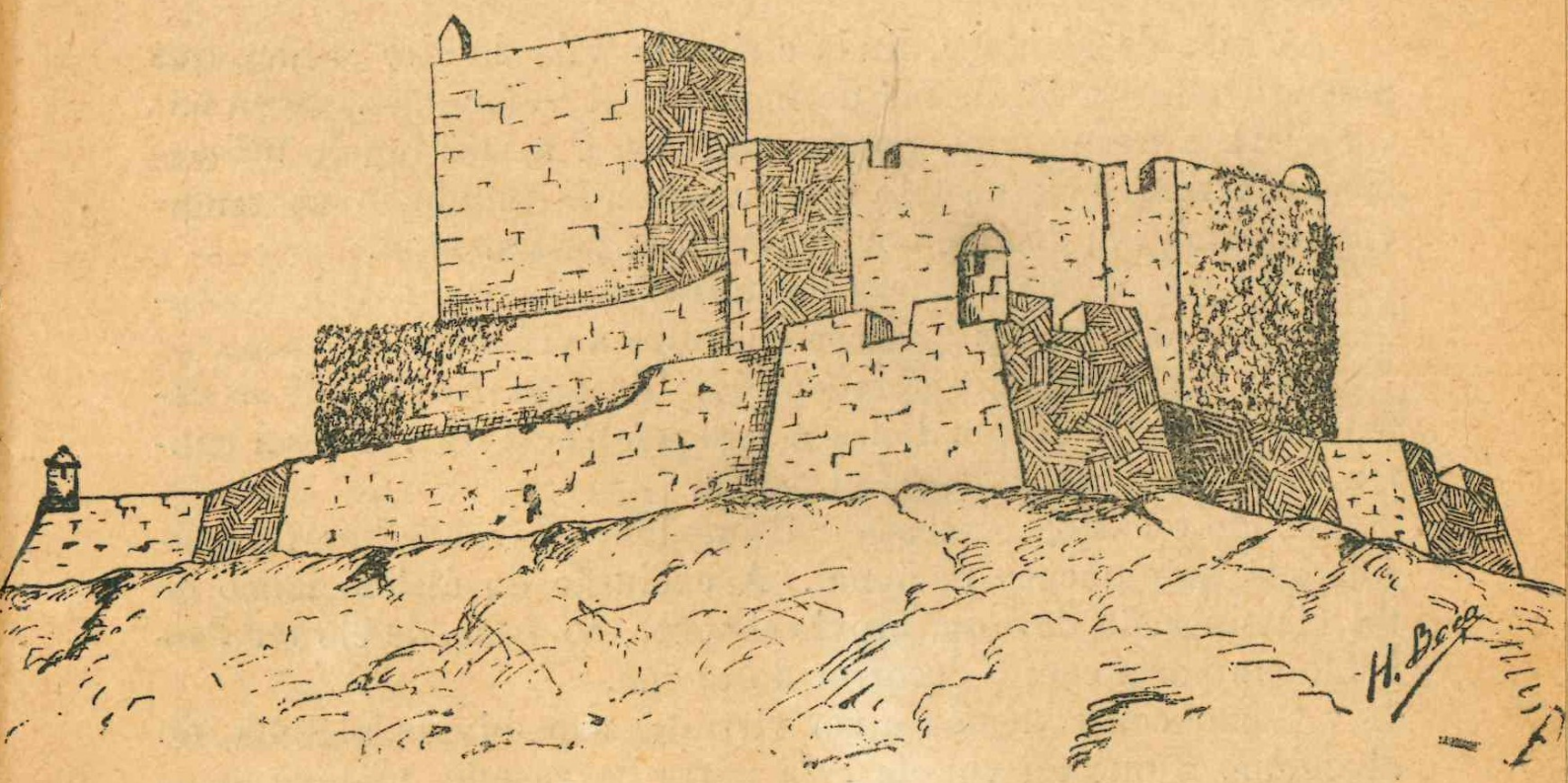
LINDOSO

E' uma linda vila do Minho, situada na parte mais septentrional do País, na fronteira da Galiza. Parece que o nome da povoação deriva do seu castelo.

Segundo a tradição, D. Dinis, que foi o fundador daquela fortaleza, que era de uma arquitectura primorosa, elegantíssima, deu-lhe por isso o nome de *lindoso,* denominação esta que passou para a vila. E de tal forma D. Dinis se encantou com a sua obra, que nêle vinha residir sempre que vinha caçar à serra do Gerez.

Além do castelo, que a nossa gravura representa e que é susceptível de reparação, há ainda próximo vestígios de outras fortificações, porventura restos da antiga cidade de Bretolvão *(Flavia Lambria),* hoje reduzida à aldeia de *Cidadêlhe.*

Passa junto o rio Lima e aí se fizeram recentemente importantes obras hidráulicas para a produção da energia eléctrica que serve várias terras do Norte, entre as quais a cidade do Porto e Vila Nova-de-Gaia.



CASTELO DO LINDOSO

LOBELHE

Lobelhe, Breia ou Vereia é uma pequena frèguesia da comarca de Valença, concelho de Vila Nova-da-Cerveira.

A oeste da povoação, fazendo parte da quinta da família Rocha Pereira, vêem-se junto ao rio Minho, em cuja margem esquerda aquela está situada, restos de um antiquíssimo forte, conhecido pelo nome de *Forte da Vereia,* o qual foi em tempo vendido em almoeda pelo Govêrno português.

Ignora-se a data da fundação daquele forte, mas é fora de dúvida que deve ser de eras bem remotas, pois que se sabe que a povoação já existia como paróquia no ano de 675 da nova era. Tem o forte a sua esplanada também.

Pela sua situação compreende-se que fazia parte da linha de sentinelas vigilantes que outrora espreitavam para o outro lado do rio os movimentos do inimigo e nos defendiam das suas freqüentes arremetidas.

MELGAÇO

A vila de Melgaço, linda e risonha vila do alto Minho, que possue tradições históricas de inexcedível valor, na vida da nacionalidade portuguesa, possue também, e a elas ligado ìntimamente, o mais belo castelo que tem toda a província e sem dúvida alguma um dos melhor construídos de Portugal.

São três os seus lances de muralhas, sendo o último abaluartado, e dentro das quais se encontra a cidadela.

Ali decorreu o célebre episódio da Inês Negra, ali se defendeu em mais de um lance a independência de Portugal contra as pretensões estultas de Castela.

Todo o castelo, excepto o último lanço de muralhas, foi considerado monumento nacional. A exclusão do último lanço de tal classificação deve-se, provàvelmente, ao facto de êle ter derruído em parte com o decorrer do tempo.

Como conseqüência e em virtude, sem dúvida alguma, do abandôno a que foi votada essa parte do castelo, praticaram-se

verdadeiros abusos por parte de gente sem escrúpulos que ali ia buscar a pedra para a empregar em construções particulares.

Êste facto escandaloso e altamente condenável, deu lugar a uma troca de correspondência entre o autor-iniciador desta obra e a Sociedade de Propaganda de Portugal, Instituto Histórico do Minho, Administrador de Melgaço e Presidente da Câmara da mesma vila, a quem o primeiro se dirigiu em ofício, pedindo a sua interferência para que cessasse o vandalismo que se estava praticando, a fim de salvar na íntegra aquela rica jóia do património nacional.

Ao sr. Presidente da Câmara Municipal lembrou êle aínda a conveniência de se constituir naquela terra, à semelhança do que se fizera já na Vila-da-Feira, Leiria e outras, por sua iniciativa, uma comissão que tratasse da conservação e reparação do castelo e mais obras de fortificação. Infelizmente não nos consta que os seus patrióticos esforços fôssem neste caso coroados do merecido êxito.

TÔRRE DE REFOJOS

Situada uma légua acima de Ponte-de-Lima, e próximo do rio Lima, encontra-se a Tôrre de Refojos. Em volta dêste monumento desenrola-se a interessantíssima lenda da *Pieira de Lôbos,* que a pêna brilhante do Conde de Bertiandos nos descreve no seu formoso livro *Lendas,* e que o ilustre poeta Dr. António Ferreira incluiu no seu poema *Limianas.*

A Tôrre de Refojos parece ser restos duma antiga edificação acastelada, anterior à fundação da monarquia portuguesa. Sabe-se que foi pertença do famoso Conde D. Mendo, filho do fundador do vizinho mosteiro de frades crúzios, grande fidalgo e valido de D. Afonso Henriques. Parece que com êste monarca depois viveu mal, pelo que lhe mandou aplicar o bárbaro castigo da cegueira, segundo se lê no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, e se infere duma passagem do *Tombo Histórico Genealógico de Portugal* (1914), 2.° vol., pág. 36; castigo muito

comum na época medieval, como nos narra Antero de Figueiredo na *Leonor Teles* (1918), 3.ª edição, pág. XXII.

Êste castelo entrou na posse dos Malheiros, os célebres patriotas que, em 1383, entregaram a vila de Ponte-de-Lima ao Mestre de Aviz, e continuou na sua descendência até 1875, ano em que faleceu a sua última possuïdora, D. Maria Antónia Malheiro de Araújo Barriga — a fidalga da Ponte-do-Porto, como era conhecida —, que, não tendo sucessão, o deixou a seu primo co-irmão Leonel de Abreu de Lima, da cidade de Viana-do-Castelo, e êste, por sua vez, o doou ao grande jurisconsulto Dr. António de Magalhães Barros de Araújo Queirós, pertencendo hoje à sua viúva, a ex.ma sr.ª D. Maria José de Abreu de Lima Pereira Coutinho.

Estes sustentaram um importante e célebre pleito por causa da Tôrre e outros bens com os fidalgos da Casa da Ribeira, de Amares.

Sempre se disse, e assim se lê em todos os livros antigos, que a referida Tôrre fazia parte dos paços do Conde D. Mendo. Há anos, porém, Miguel Roque dos Reis Lemos, já falecido, e o sr. João Gomes de Abreu de Lima aventaram a ideia de que ela era mais moderna. Não nos parecem valiosos os argumentos invocados pelos dois distintos escritores, pelo que continuamos considerando a Tôrre da época que dizem as crónicas.

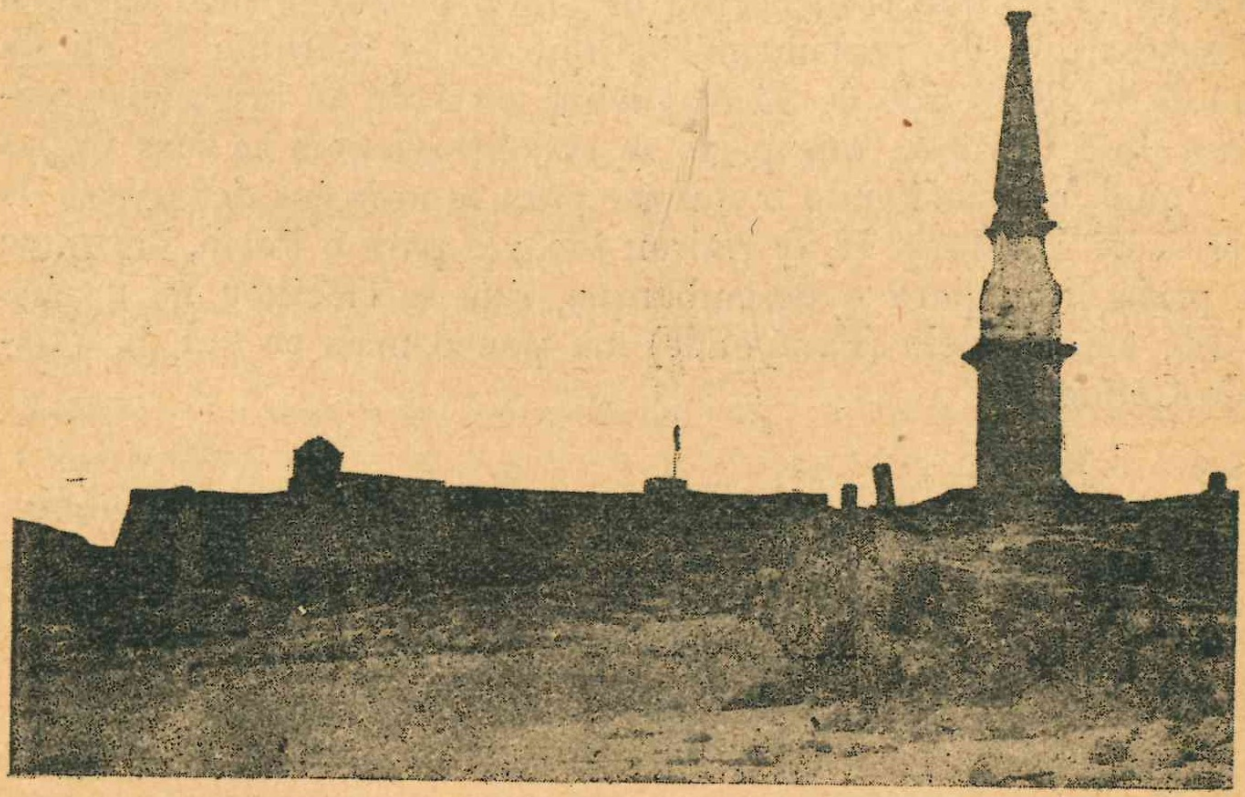
Não pudemos apurar como ela passou para a distinta família Malheiro. Mas parece-nos que não erraremos afirmando que, talvez, por confisco, e atendendo aos serviços que os dois irmãos prestaram a D. João I, êste Rei lhes galardoasse os serviços com essa e outras propriedades.

O seu penúltimo possuïdor introduziu grandes melhoramentos na Tôrre, quando em 1876 lhe foi doada, como nos conta Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno,* vol. 8.º, pág. 100, e a actual proprietária, em 1898, como existissem apenas as quatro paredes da Tôrre, tendo apodrecido o madeiramento dos diversos andares, e caído o telhado, pela sua antiguidade, mandou proceder a uma reparação completa, tal qual como hoje se encontra.

Recentemente realizou-se ali uma festa literária, dada pelo filho dêstes, o Dr. António de Magalhães, actual Juiz de Direito da comarca de Vieira-do-Minho, que, junto da Tôrre, numa evocação de todo um passado de glorioso regionalismo, aí reüniu seis escritores e poetas seus conterrâneos: — o Conde de Bertiandos, o Dr. Francisco de Abreu Maia, o P.e Araújo Calheiros, Conde da Aurora, João Gomes de Abreu e o Dr. António Ferreira.

VILA-DO-CONDE

Vila-do-Conde, essa encantadora vizinha da cidade do Porto, irmã gémea da buliçosa e trabalhadora Póvoa-de-Varzim, possue aìnda, como eloqüente demonstração do seu valor histórico, sob o ponto-de-vista da defesa nacional, um castelo, meio soterrado na areia e cujo fim era a defesa da barra do Ave. Tem êste forte cinco baluartes e, segundo as autoridades mais cotadas no assunto, a sua construção data de 1580, tendo sido



VILA-DO-CONDE — MONUMENTO E CASTELO

seu fundador D. Duarte, duque de Guimarães, filho do infante D. Duarte e neto de D. Manuel I.

A sua planta deve-se a Filipe Terzo, arquitecto italiano contratado por Filipe II, de Espanha (1.º de Portugal).

Êste castelo, cujas obras parece terem estado interrompidas durante bastante tempo, foi continuado em 1624 pelo Duque de Bragança, D. Teodósio II, só tendo porém a sua conclusão depois da revolução de 1640.

A fortaleza, que se encontra relativamente bem conservada, servia aìnda há pouco de presídio militar, tendo uma reduzida guarnição composta de alguns reformados do exército.

Perto vê-se a capela da Guia, mesmo à bôca da barra, do lado do Norte, a qual foi a primeira obra de defesa da mesma barra. E' cercada de uma plataforma onde outrora assentavam quatro peças, tendo próximo o farol denominado também *da Guia*.

Há entre o castelo e a capela uma pirâmide, padrão que comemora a chegada da esquadra de D. Pedro IV em 8 de Julho de 1832, que transportou os 7:500 *bravos,* e bem assim o desembarque do parlamentário, que foi o marquês de Sá da Bandeira (Bernardo de Sá Nogueira), enviado ao brigadeiro realista José Cardoso, que perto se encontrava com as suas tropas e o qual, não aceitando o convite para se unir aos defensores da causa de D. Maria II, se retirou todavia para o Porto, deixando a praia livre para o desembarque, que se efectuou na mesma tarde em Mindêlo (Pampelide) um pouco mais ao sul de Vila-do-Conde.

Raul Tamagnini Barbosa a concluiu, em 1935.

ÍNDICE

	Pág.
Prefácio	1
Ancora	22
Arnóia	23
Azurei	24
Barcelos	25
Braga	25
Caminha	28
Cão	29
Castro Laboreiro	29
Cerveira	29
Espozende	30
Fontes	31
Faria	31
Foz-do-Douro	31
Gaia	32
Geraz-do-Lima (Santa Leocádia do)	33
Giela	33
Guimarães	33
Lanhoso	35
Lapela	37
Lega-do-Balio	38
Lindoso	39
Lobelhe	40
Melgaço	40
Tôrre-de-Refojos	41
Vila-do-Conde	43

biblioteca
municipal
barcelos
5152
Os castelos de Entre-Douro e
Minho